

B&TI

Business & Technical Intelligence para PME

2014 - 2015

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

CTCV
Rua Coronel Veiga Simão, Edifício C
3020-053 Coimbra

COLABORADORES

CTCV; CITEVE; CATIM; CTIC; CTCP e CEVALOR

DESIGN GRÁFICO

CTCV

ÍNDICE

Apresentação do Projeto BTI 3.0 - B&TI 3.0 - Business & Technical Intelligence para PME	5
Apresentação dos Stakeholders-copromotores e das Comissões Técnicas	7
1. CTCV	7
2. CITEVE	9
3. CATIM	11
4. CTCP	15
5. CTIC	17
6. CEVALOR	19
Atividades de Vigilância Tecnológica e Intelligence	21
Estudos de caso	23
Estudo de caso CITEVE	23
Estudo de caso CTCP	25
Estudo de caso CEVALOR	29
Estudo de caso CTIC	31

Apresentação do Projeto BTI 3.0 - - B&TI 3.0 - Business & Technical Intelligence para PME

Introdução

O Projeto B&TI 3.0 - Business & Technical Intelligence para PME pretende, para além da abordagem aos temas da normalização técnica, promover o conhecimento atempado dos mercados e das suas exigências/tendências, de modo a permitir às empresas o seu posicionamento / reposicionamento constante, dando resposta às constantes e exigentes solicitações de um mercado cada vez mais global, no qual se exige das empresas portuguesas um posicionamento concorrencial.

Trata-se de um projeto promovido por um conjunto de 6 Centros Tecnológicos: CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro, CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica, CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal, CTIC - Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e CEVALOR - Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais

O Investimento total é de 675.517€, correspondente a um apoio de 540.414€.

Este é o 3.º projeto nesta área, desenvolvido pelos Centros Tecnológicos, visando promover as atividades de Business & Technical Intelligence orientadas para as empresas, maioritariamente PME.

Objetivos

Os principais objetivos passam pela obtenção de informação técnica, sobretudo enquanto esta não é ainda do conhecimento público, ou seja, no momento em que está confinada à sua discussão em sede de Comissões Técnicas, por exemplo, com vista a estabelecer ou modificar normas ou regras técnicas, as quais são de maior relevância sobretudo porque é nesta fase que se desenham tendências que condicionarão o futuro. Importa ter em conta os exemplos das normas técni-

cas que, até serem publicadas, poderão ter decorrido dois ou três anos de análise e estudo, sendo que neste período novos produtos poderão já estar no mercado.

ATIVIDADES

O projeto assenta as suas principais atividades na difusão de informação às PME, informação esta resultante maioritariamente da Participação dos técnicos dos Centros Tecnológicos em Comissões Técnicas Europeias e Internacionais e de uma atividade de vigilância tecnológica / intelligence sistemática.

As atividades incluem:

1) Participação dos técnicos dos Centros Tecnológicos em Comissões Técnicas Europeias e Internacionais e reuniões de normalização internacional e europeia em Portugal, bem como em reuniões de normalização europeias (CEN) e internacionais (ISO). Promove-se uma participação ativa nas atividades de Normalização, reforçando a participação em redes nacionais e internacionais.

2) Vigilância Técnica Multidisciplinar mantida pelos Centros Tecnológicos, com o objetivo de induzir a inovação e a abordagem a novos mercados nas empresas.

3) Ações de divulgação e promoção tendo em vista reforçar o contacto com as empresas, os empresários e os sectores exportadores portugueses de base industrial.

Este projeto promove o desenvolvimento de uma atividade concertada de suporte à normalização técnica enquanto base para a atividade de inovação num conjunto vasto de sectores industriais. Permite uma participação ativa dos Centros Tecnológicos destes setores nas várias Comissões Técnicas e garantindo a correta aplicação à realidade da economia nacional.

É maioritariamente para as empresas industriais de vocação exportadora e para suprir as suas necessida-

des de informação técnica que este projeto “B&TI 3.0 - Business & Technical Intelligence para PME” pretende dar resposta, permitindo-lhes um posicionamento eficiente e atempado face às exigências do mercado.

Apresentação dos Stakeholders-copro-motores e das Comissões Técnicas

1. CTCV

MISSÃO

A missão do CTCV centra-se no desenvolvimento do conhecimento adequado à modernização da indústria cliente, antecipando preferencialmente as suas necessidades e disponibilizando serviços que permitam adequá-las às exigências do mercado. A disponibilização do conhecimento e da capacidade de intervenção em áreas técnicas e de especialidade, conjugada com uma capacidade acrescida de IDI, constituem um elemento chave na Missão do CTCV.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

O CTCV é uma instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, criada designadamente para apoio técnico e promoção tecnológica das indústrias nacionais da fileira da construção e do habitat, para a promoção do desenvolvimento e da qualidade dos produtos e dos respetivos processos industriais, numa ótica de construção sustentável. A forte ligação às empresas e ao respetivo meio associativo, uma atenção permanente à evolução técnica, tecnológica e científica e às alterações regulamentares aplicáveis à indústria, tornaram o CTCV numa entidade consensualmente reconhecida como charneira entre a Administração Pública, nos mais variados âmbitos, e o meio empresarial.

Através do intenso nível de relacionamento com diversas Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (nacionais e internacionais), o CTCV assume-se como entidade de charneira no estabelecimento da ligação funcional entre as Universidades e as empresas, fornecendo serviços inovadores em áreas de elevada especificidade técnica que as empresas não possuem.

Domínios de Normalização

- Cerâmica;

- Vidro;
- Alvenarias;
- Produtos de cobertura de telhados para colocação descontínua e produtos para revestimento de paredes;
- Blocos para pavimento e lancis;
- Resistência ao escorregamento em superfícies pedonais - métodos de avaliação;
- Desempenho ambiental integrado de edifícios.

COMISSÕES TÉCNICAS

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

- GT VLE Valores Limites de Emissão
- GT Melhores Técnicas Disponíveis
- CT 150/SC1 Gestão Ambiental
- CT 150/SC5 Análise do Ciclo de Vida
- CT 71 Ar Ambiente (SC1 e SC3)

RELACRE – Rede dos Laboratórios Acreditados

- CTR08 – Vibrações no Corpo Humano
- CTR09 – Materiais de Construção (GT1 – Betão, GT2 – Agregados)
- CT RELACRE Emissões Gasosas GT1, GT3

SPA – Sociedade Portuguesa de Acústica

- CT 28 – Acústica, Vibrações e Choques

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional

- Conselho Sectorial da Cerâmica para a Qualificação

APQ – Associação Portuguesa para a Qualidade

- CT 80 – Gestão e Garantia da Qualidade

IPQ – Instituto Português da Qualidade

- CS 11 Comissão Setorial para a Educação e Formação
- CT187 Aprendizagem Formal, não formal e informal

- CT 190 – Aviação, Espaço e Defesa

APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial

- Rede Nacional de Responsabilidade Social RSO PT
- Grupo de Trabalho ISO 26000 – Responsabilidade Social

Comissões Técnicas de Normalização

- CT 171 – Sustentabilidade nos edifícios
- CT 139 – Aparelhos sanitários
- CT 176 – Alvenarias
- CT 189 – Ladrilhos cerâmicos
- CT 80 – Gestão da qualidade e garantia da qualidade
- CT 194 – Nanomateriais

CEN – Comité Europeu de Normalização

- CEN\TC 67 – Ladrilhos cerâmicos
- CEN\TC 125 – Alvenarias
- CEN\TC 128 – Coberturas
- CEN\TC 163 – Sanitários
- CEN\TC 339 – Escorregamento
- CEN\TC 350 – Sustentabilidade na Construção
- CEN\TC 352 – Nanomateriais
- ISO – International Standard Organization
- ISO\TC 189 – Ladrilhos Cerâmicos

Solar Keymark Network

2. CITEVE

MISSÃO

Instituição de referência nacional e europeia para a promoção da Inovação e Desenvolvimento Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário, o CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal é uma entidade privada, de utilidade pública e sem fins lucrativos.

Em atividade desde 1989, tem como missão o apoio ao desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas das indústrias têxtil e do vestuário, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade e do suporte instrumental à definição de políticas industriais para o sector.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Com instalações em Vila Nova de Famalicão, na Covilhã, e delegações no Brasil, Tunísia, Argentina e Chile, desenvolve a sua actividade de apoio técnico e tecnológico à indústria em seis grandes áreas de intervenção:

- Atividade Laboratorial (indutora da qualidade);
- Consultoria e Assistência Técnica (indutoras da melhoria do desempenho);
- Vigilância e Desenvolvimento Tecnológico (indutores da inovação);
- Valorização de Recursos Humanos (indutora da excelência);
- Cooperação com a Administração Pública (na definição e implementação de políticas para o sector e para as regiões de forte implantação do sector).

É uma entidade do SCTN e integra os Pólos de Competitividade: Moda, Saúde, Tecnologia das Industrias da Mobilidade, Tecnologias de Produção e Tecnologia Agro-Industrial: Alimentos, Saúde e Sustentabilidade. Integra ainda o Cluster Habitat Sustentável.

O CITEVE desempenha um papel importante na definição, difusão e apoio na implementação, de políticas públicas orientadas às necessidades do sector, através de uma cooperação e colaboração estreita quer com as diferentes Associações Empresariais da ITV, quer com os mais variados organismos tutelados pelo Ministério da Economia e Inovação.

Dentro da mesma lógica, o CITEVE colabora regularmente com diversos serviços da Comissão Europeia,

seja ao nível da DG Enterprise & Industry, seja ao nível da DG Research, participando activamente na Plataforma Europeia para o Têxtil e Vestuário. Actualmente, o CITEVE detém ainda a presidência da rede TEXTRANET, rede europeia para transferência de conhecimento têxtil, na qual são associados os principais centros tecnológicos e institutos do sector têxtil europeu.

Refira-se ainda que o CITEVE se encontra reconhecido para a prestação de diversos serviços no âmbito dos Vales Inovação.

Domínios de Normalização

- Terminologia, classificação, colheita de amostras, especificações de produtos têxteis e métodos de ensaio relativos a:
 - fibras,
 - fios,
 - cordoaria e redes,
 - tecidos,
 - malhas,
 - coberturas têxteis de chão,
 - tecidos revestidos,
 - artigos têxteis confecionados,
 - vestuário de protecção,
 - fechos
 - geossintéticos;
- Sistemas e designação dos tamanhos do vestuário;
- Equipamento da indústria têxtil e confeção;
- Geotêxteis e produtos relacionados.

COMISSÕES TÉCNICAS

CT 4 - Têxteis

- CEN/TC 134 – Resilient, textile and laminate floor coverings
- CEN/TC 134/WG 8 – Textile floor coverings
- CEN/TC 134/WG 10 – Harmonization
- CEN/TC 162 – Protective clothing including hand and arm protection and lifejackets
- CEN/TC 162/WG 1 – General requirements for protective clothing
- CEN/TC 162/WG 2 – Protective clothing against heat and fire
- CEN/TC 162/WG 3 – Protective clothing against che-

mical hazards

- CEN/TC 162/WG 4 – Protective clothing against foul weather
- CEN/TC 162/WG 5 – Protective clothing against mechanical impact
- CEN/TC 162/WG 6 – Lifejackets
- CEN/TC 162/WG 7 – High-visibility warning clothing
- CEN/TC 162/WG 8 – Protective gloves
- CEN/TC 162/WG 9 – Motorcycle rider's protective clothing
- CEN/TC 162/WG 10 – Buoyancy aids for swimming instruction
- CEN/TC 162/WG 11 – Body protection for sports
- CEN/TC 162/WG 12 – Diving suits
- CEN/TC 189 – Geosynthetics
- CEN/TC 189/WG 1 – Geotextiles and geotextile-related products - General and specific requirements
- CEN/TC 189/WG 2 – Terminology, identification, sampling and classification
- CEN/TC 189/WG 3 – Mechanical testing
- CEN/TC 189/WG 4 – Hydraulic testing
- CEN/TC 189/WG 5 – Durability
- CEN/TC 189/WG 6 – Geosynthetic barriers - General and specific requirements
- CEN/TC 214 – Textile machinery and accessories
- CEN/TC 248 – Textiles and textile products
- CEN/TC 248/WG 3 – Ropes, slings, twines and fishing nets
- CEN/TC 248/WG 4 – Coated fabrics
- CEN/TC 248/WG 9 – Prioritization of research topics
- CEN/TC 248/WG 10 – Size system of clothing
- CEN/TC 248/WG 16 – Textiles in the healthcare system
- CEN/TC 248/WG 17 – Hygienic quality of textiles processed in industrial laundries and used in sectors in which it is necessary to control biocontamination
- CEN/TC 248/WG 20 – Safety of children's clothing
- CEN/TC 248/WG 21 – Terry towels
- CEN/TC 248/WG 24 – Test methods for the flammability of textiles
- CEN/TC 248/WG 26 – Textiles - Test methods for analysis of EC restricted substances
- CEN/TC 248/WG 29 – Specifications and test methods for silk articles
- CEN/TC 248/WG 30 – Composition - Qualitative and quantitative analysis of fibres and fibre mixtures
- CEN/TC 248/WG 31 – Smart textiles
- CEN/TC 248/WG 32 – Use of the terms organic and other environmental marketing terms in the labelling of textiles and textile products
- CEN/TC 248/WG 33 – Labelling of superfine wool
- CEN/TC 248/WG 34 – Joint Working Group between CEN/TC 248 and CEN/TC 252 – Risks in the sleeping environment
- CEN/TC 248/WG 35 – Slide (zip) fasteners
- ISO/TC 38 – Textiles
- ISO/TC 38/WG 9 – Nonwovens
- ISO/TC 38/WG 21 – Ropes, cordage, slings and netting
- ISO/TC 38/WG 22 – Composition and chemical testing
- ISO/TC 38/WG 23 – Testing methods for antimicrobial activity and odour
- ISO/TC 38/JWG 26 – Joint TC 38-IEC/TC 101 WG: Antistatic
- ISO/TC 38/WG 27 – Fabric properties relating to moisture
- ISO/TC 38/JWG 28 – Joint ISO/TC 38 - ISO/TC 8/SC 4 WG: Synthetic Fibre Ropes and Mooring Fittings for Offshore Station Keeping
- ISO/TC 38/SC 1 – Tests for coloured textiles and colorants
- ISO/TC 38/SC 2 – Cleansing, finishing and water resistance tests
- ISO/TC 38/SC 20 – Fabric descriptions
- ISO/TC 38/SC 23 – Fibres and yarns
- ISO/TC 38/SC 24 – Conditioning atmospheres and physical tests for textile fabrics
- ISO/TC 72 – Textile machinery and accessories
- ISO/TC 72/SC 1 – Spinning preparatory, spinning, twisting and winding machinery and accessories
- ISO/TC 72/SC 3 – Machinery for fabric manufacturing including preparatory machinery and accessories
- ISO/TC 72/SC 4 – Dyeing and finishing machinery and accessories
- ISO/TC 72/SC 5 – Industrial laundry and dry-cleaning machinery and accessories
- ISO/TC 72/SC 8 – Safety requirements for textile machinery
- ISO/TC 72/SC 10 – Common standards
- ISO/TC 94/SC 13 – Protective clothing
- ISO/TC 133 – Sizing systems and designations for clothes
- ISO/TC 133/WG 1 – Body measurement
- ISO/TC 133/WG 2 – Digital fitting
- ISO/TC 133/WG 3 – Measurement indicators
- ISO/TC 133/WG 4 – Garment measurements
- ISO/TC 148 – Sewing machines
- ISO/TC 148/WG 4 – Industrial sewing machines
- ISO/TC 219 – Floor coverings
- ISO/TC 219/WG 1 – Textile floor coverings
- ISO/TC 221 – Geosynthetics
- ISO/TC 221/WG 2 – Terminology, identification and sampling
- ISO/TC 221/WG 3 – Mechanical properties
- ISO/TC 221/WG 4 – Hydraulic properties
- ISO/TC 221/WG 5 – Durability

3. CATIM

MISSÃO

É Missão do CATIM contribuir para a inovação e a competitividade das indústrias nacionais da metalomecânica e sectores afins ou complementares, com particular enfoque nas PME's.

É vocação do CATIM apoiar o desenvolvimento técnico e tecnológico da indústria através:

- Da prestação de serviços;
- Da disponibilização dos seus conhecimentos e capacidades para as iniciativas de promoção da inovação, competitividade e sustentabilidade da indústria, em especial ao nível das PME's do sector metalomecânico;
- Da execução das tarefas inerentes às responsabilidades assumidas no âmbito dos sistemas nacionais e europeus da normalização, da qualificação, da metrologia e da marcação CE.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

O CATIM é uma instituição privada de utilidade pública sem fins lucrativos, que resultou da associação de interesses de empresas industriais e respetiva associação, assim como de organismos públicos. Os sócios fundadores do CATIM são a Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP), o Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI).

Dada à especificidade, Centro Tecnológico, e à sua vocação sectorial, o CATIM tem sido sempre um elemento incontornável na modernização do tecido empresarial do sector metalúrgico e metalomecânico e áreas afins, prestando serviços diretamente às empresas e colaborando com o Estado e seus diversos departamentos na execução de funções relevantes (caso do reconhecimento como Organismo Notificado ou Organismo de Normalização Sectorial em diversos domínios), quer em diversos programas industrialmente orientados, quer em parceria com diversas entidades nacionais e estrangeiras, por exemplo infraestruturas tecnológicas e associações, e que visaram e visam genericamente ou especificamente a melhoria da qualidade, da segurança, da inovação, da competitividade, o upgrade tecnológico, a sustentabilidade da indústria nacional e

europeia. Conhecer bem os sectores alvo da nossa missão tem sido uma preocupação constante, quer através de uma estreita ligação que mantém com as Associações Empresarias e Industriais, e sectoriais em especial a AIMMAP, quer com a participação em programas de estudos sectoriais, o diagnóstico e planeamento estratégico individualizado para as PME's (e.g. Estudos de Benchmarking desde 1997, Programa de Formação PME), estudo e implementação de boas práticas industriais, quer através da participação em diversos fóruns nacionais e europeus de vigilância tecnológica.

Domínios de Normalização

- Aparelhos termodomésticos e Termos industriais que utilizam combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos (incluindo ventilação e evacuação dos produtos de combustão);
- Artigos de puericultura e brinquedos;
- Componentes metálicos para canalizações;
- Equipamentos de elevação, excluindo ascensores e monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
- Louça metálica e cutelarias (à exceção de aspetos relacionados com o contacto com géneros alimentícios);
- Máquinas-ferramenta incluindo máquinas para trabalhar madeira;
- Metais;
- Portas, janelas, fachadas cortina, cerramento de vãos e respectivos acessórios;
- Transportes de passageiros por cabo;
- Equipamento para desporto, parques infantis e outras áreas de recreio

COMISSÕES TÉCNICAS

CT 12 - Aços e Ferros Fundidos

- ECISS/TC 100 – General issues
- ECISS/TC 101 – Test methods for steel (other than chemical analysis)
- ECISS/TC 102 – Methods of chemical analysis for iron and steel
- ECISS/TC 103 – Structural steels other than reinforcements
- ECISS/TC 104 – Concrete reinforcing and pre-stressing steels

- ECISS/TC 104 WG1 – Weldable reinforcing steels
- ECISS/TC 105 – Steels for heat treatment, alloy steels, free-cutting steels and stainless steels
- ECISS/TC 106 – Wire rod and wire
- ECISS/TC 107 – Steels for pressure purposes
- ECISS/TC 108 – Steel sheet and strip for electrical applications
- ECISS/TC 109 – Coated and uncoated flat products to be used for cold forming
- ECISS/TC 111 – Steel castings and forgings
- ISO/TC 17 – Steel
- ISO/TC 25 – Cast irons and pig irons
- ISO/TC 132 – Ferroalloys
- ISO/TC 164 – Mechanical testing of metals – Uniaxial testing

CT 18 - Elementos de Tubagem, Tubos Válvulas e Acessórios

- ECISS/TC 110 – Steel tubes, and iron and steel fittings
- CEN/TC 69 – Industrial valves
- CEN/TC 74 – Flanges and their joints
- CEN/TC 203 – Cast iron pipes fittings and their joints
- CEN/TC 267 – Industrial piping and pipelines
- CEN/TC 342 – Metal hoses, hose assemblies, bellows and expansion joints
- CEN/TC 190 – Foundry technology
- ISO/TC 5 – Ferrous metal pipes and metallic fittings
- ISO/TC 153 – Valves

CT 33 - Louça Metálica

- CEN/TC 194- WG1 – Articles Culinaires Cookware
- CLC/TC 59X / WG5 CENELEC – Induction cooking

CT 34 - Metais não Ferrosos e suas Ligas

- CEN/TC 132 – Aluminium and aluminium alloys
- CEN/TC 133 – Copper and copper alloys
- CEN/TC 209 – Zinc and zinc alloys
- CEN/TC 220 – Tin and tin alloys
- ISO/TC 18 – Zinc and zinc alloys
- ISO/TC 26 – Copper and copper alloys
- ISO/TC 79 – Light metals and their alloys
- ISO/TC 79 SC2 – Organic and anodic oxidation coatings on aluminium
- ISO/TC 129 – Aluminium ores
- ISO/TC 155 – Nickel and nickel alloys

CT 36 - Aparelhos que utilizam combustíveis sólidos, líquidos ou gasosos, seus dispositivos e acessórios

- CEN/TC 46 – Oil stoves

- CEN/TC 47 – Atomizing oil burners and their components - Function - Safety - Testing
- CEN/TC 48 – Domestic gas-fired water heaters
- CEN/TC 49 – Gas cooking appliances
- CEN/TC 57 – Central heating boilers
- CEN/TC 58 – Safety and control devices for gas-burners and gas-burning appliances
- CEN/TC 62 – Independent gas-fired space heaters
- CEN/TC 106 – Large kitchen appliances using gaseous fuels
- CEN/TC 109 – Central heating boilers using gaseous fuels
- CEN/TC 130 – Space heating appliances without integral heat sources
- CEN/TC 131 – Gas burners using fans
- CEN/TC 179 – Gas-fired air heaters
- CEN/TC 180 – Non-domestic gas-fired overhead radiant heaters
- CEN/TC 181 – Dedicated liquefied petroleum gas appliances
- CEN/TC 228 – Heating systems in buildings
- CEN/TC 238 – Test gases, test pressures and categories of appliances
- CEN/TC 295 – Residential solid fuel burning appliances
- CEN/TC 299 – Gas-fired sorption appliances and domestic gas-fired washing and drying appliances
- CEN/TC 355 – Lighetres
- CEN/TC 369 – Space heating appliance and energy capturing appliances
- CEN/BT/TF 114 – Non-refillable metallic cartridges
- CEN/SFG-U – SECTOR FORUM GAS UTILISATION
- ISO/TC 285 – Clean cookstoves and clean cooking solutions
- ISO/TC 291 – Domestic gas cooking appliances

CT 40 - Máquinas - Ferramentas

- CEN/TC 65 – Portable grinding machines - Mechanical safety
- CEN/TC 114 – Safety of machinery
- CEN/TC 142 – Woodworking machines - Safety
- CEN/TC 143 – Machine tools - Safety
- CEN/TC 255 – Hand-held, non-electric power tools - Safety
- ISO/TC 29 – Small tools
- ISO/TC 29 SC5 – Grinding wheels and abrasives
- ISO/TC 39 – Machine tools
- ISO/TC 39 WG10 – Safety

- ISO/TC 39 WG 12 – Environmental evaluation of machine tools
- ISO/TC 199 – Safety of machinery

CT 98 - Portas, janelas, Fachadas cortinas, cerramento de vãos e respectivos acessórios e ferragens

- CEN/TC 33 – Doors, windows, shutters, building hardware and curtain walling
- CEN/TC 33 WG 1 – Windows and doors
- CEN/TC 33 WG 3 – Blinds and shutters
- ISO/TC 162 – Doors and windows

CT 99 - Cutelarias e Objectos Revestidos a Prata Para Mesa e Decoração

- CEN/TC 194- WG4 – Utensils in contact with food
- ISO/TC 186 – Cutlery and table and decorative metal hollow-ware

CT 117 - Torneiras Sanitárias e seus Acessórios

- CEN/TC 164 - WG8 – Water supply
- CEN/TC 165-WG 11– Waste water engineering

CT 122 - Brinquedos e Artigos de Puericultura (Aspectos de Segurança)

- CEN/TC 52 – Safety of toys
- CEN/TC 207 – Furniture
- CEN/TC 252 – Child use and care articles
- CEN/PC 364 – High Chairs
- CEN/PC 398 – Child Protective Products
- ISO/TC 181 – Safety of toys

CT 130 - Plataformas Elevatórias

- CEN/TC 98 – Lifting platforms
- ISO/TC 214 – Lifting platforms

CT 162 - Transporte de Pessoas por Cabo C E N / T C 242 Safety requirements for passenger transportation by rope

CT 166 - Espaço de Jogo e Recreio

- CEN/TC 136 – Sports, playground and other recreational equipment
- CEN/TC 136/WG 1 – Parkour equipment
- CEN/TC 136/WG 2 – Fitness centres
- CEN/TC 136/WG 3 – Water slides and water play equipment
- CEN/TC 136/WG 4 – Stationary training equipment

- CEN/TC 136/WG 5 – Mountaineering and climbing equipment
- CEN/TC 136/WG 6 – Paragliding equipment
- CEN/TC 136/WG 7 – Diving equipment - excluding respiratory underwater equipment and diving suits
- CEN/TC 136/WG 8 – Swimming pools
- CEN/TC 136/WG 9 – Artificial climbing structures
- CEN/TC 136/WG 10 – Roller sports equipment
- CEN/TC 136/WG 11 – Sleeping bags
- CEN/TC 136/WG 12 – Facilities for users of roller sport equipment
- CEN/TC 136/WG 13 – Floating leisure articles for use on and in water and related equipment
- CEN/TC 136/WG 15 – Ropes courses
- CEN/TC 136/WG 22 – Gymnastic and playing field equipment
- CEN/TC 136/WG 25 – Table tennis tables
- CEN/TC 136/WG 26 – Outdoor adult fitness equipment
- CEN/TC 136/SC1 – Playground equipment for children
- CEN/TC 136/SC1 WG 1 – Surfacing
- CEN/TC 136/SC1 WG 9 – Inflatable play equipment
- CEN/TC 136/SC1 WG 11 – Inclusive (barrier free) playground equipment
- CEN/TC 136/SC1 WG 12 – Climbing equipment
- CEN/TC 136/SC1 WG 13 – Safety requirements and methods
- CEN/TC 136/SC1 WG 14 – Revision of EN 1176-5
- CEN/TC 136/SC1 WG 15 – Revision of EN 1176-7
- CEN/TC 136/SC1 WG 16 – Revision of EN 1176-10
- CEN/TC 136/SC1 WG 17 – Framework for the competence of playground inspectors
- CEN/TC 136/SC1 TG 1 – Rationales
- CEN/TC 136/SC1 TG 3 – Bouncing facilities
- CEN/TC 136/SC1 IP – Interpretation panel
- CEN TC 402 – Private family Swimming Pools and related materials/equipment and accessories - Structure
- CEN TC 402 WG 1 – Pool structure – design, product and installation
- CEN TC 402 WG 2 – Pool water circulation, filtration and treatment
- CEN TC 402 WG 3 – Mini pools
- CEN TC 402 WG 4 – Domestic spas and hot tubs

CT 178 - Ventilação de edifícios com aparelhos a gás

- CEN/TC 156 WG 14 – Ventilation for buildings
- CEN/TC 166 – Chimneys

4. CTCP

MISSÃO

É missão do CTCP gerar valor e vantagens competitivas sustentáveis para as empresas portuguesas da fileira do calçado, com serviços eficientes e de qualidade, nomeadamente:

1. Executar actividades de I&D – Investigação e Desenvolvimento que aprofundem o estado da arte e criem novos focos de excelência e liderança no panorama nacional e mundial;
2. Executar actividades de divulgação e transferência da inovação, e endogeneizar o conhecimento e a sua utilização pelas empresas;
3. Realizar actividades de apoio técnico e tecnológico e contribuir para a excelência na organização e produtividade das empresas;
4. Realizar actividades de melhoria da gestão industrial e estratégica;
5. Elaborar e produzir materiais multimédia para aumentar o nível de conhecimento das empresas;
6. Contribuir para o desenvolvimento social e ambiental sustentados;
7. Contribuir para a utilização da propriedade industrial como um instrumento de inovação e de diferenciação no mercado global;
8. Melhorar e aumentar as competências e capacidades dos recursos humanos;
9. Realizar actividades de vigilância económica e tecnológica, para antecipar as tendências e criar as melhores soluções para o futuro;
10. Promover a melhoria da imagem da fileira do calçado e aumentar o seu grau de atracção junto das novas gerações;
11. Ter permanentemente em carteira, desafios inovadores para os diferentes segmentos e tipos de empresas que constituem a fileira do calçado;
10. Procurar financiamentos para as actividades de inovação nas empresas.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Com instalações em S. João da Madeira e em Felgueiras, o CTCP está estruturado segundo um organigrama funcional que privilegia a actuação por objetivos e actividades ou projetos, incluindo as seguintes áreas prin-

cipais:

- Laboratórios de Ensaio e Serviços de Análise (de Materiais, Ambiente e HST),
- Unidade de Desenvolvimento Industrial e Gestão Estratégica,
- Unidade de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (Produtos, Processos e Sistemas),
- Gabinete de Formação e Qualificação (de Recursos Humanos e de Empresas),
- Gabinete de Estudos e Vigilância Técnico-Económica (Estudos e Publicações),
- Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial (GAPI),
- Gabinete de Design e Multimédia,
- Gabinetes Autónomos (de Auditoria, Certificação, Normalização e Verificação Metrológica).

Os quadros do CTCP são polivalentes e desenvolvem a sua ação diária nas atividades ou projetos mais prioritários em cada momento, procurando-se, por norma, aliar actividades desenvolvidas internamente no CTCP, com outras actividades que exijam um contacto exterior com as empresas. O Laboratório de Ensaios do CTCP está acreditado pelo IPAC - Instituto Português de Acreditação segundo a norma ISO 17025. O Organismo Notificado está acreditado pelo IPQ- Instituto Português da Qualidade para a certificação de EPI- Equipamentos de Protecção Individual da classe Calçado. O Gabinete de Formação está igualmente acreditado pela DGERT- Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, para a realização de acções de formação e qualificação profissional para a fileira do Calçado. O Serviço de Higiene e Segurança no Trabalho está reconhecido pela ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho para as actividades de HST – Higiene e Segurança no Trabalho.

O Centro Tecnológico de Calçado de Portugal (CTCP) é reconhecido internacionalmente como uma entidade de referência na fileira do calçado, pela sua atividade próxima das empresas e pela ligação que promove destas com outras entidades do SCT nacional e internacional, como é o caso das universidades.

Domínios de Normalização

- Calçado;

- Protetores do pé e da perna;
- Sistemas de marcação e designação do tamanho do calçado;
- Nanotecnologias;
- Borracha e produtos em borracha;
- Acreditação de laboratórios.

COMISSÕES TÉCNICAS

CT 57 - Calçado

- CEN/TC 309 – Footwear
- ISO//TC 216 – Footwear
- ISO//TC 137 – Footwear sizing designations and marking systems
- CEN/TC 161 – Foot and leg protectors

CT - 194 - Nanotecnologias

- ISO/TC 229 – Nanotechnologies
- CEN/TC 352 – Nanotechnologies

CT-76 - Borracha

- ISO/TC 45 – Rubber and rubber products

CTaL - Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios

- ISO/CASCO – Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios

5. CTIC

MISSÃO

O CTIC foi criado em 1992, no âmbito do Decreto-Lei n.º 249/86 de 25 de Agosto, com os seguintes objectivos constantes dos respectivos Estatutos:

- apoiar técnica e tecnologicamente as empresas do sector ou de sectores afins ou complementares, realizar e promover investigação aplicada e desenvolvimento experimental que possam contribuir para a solução dos problemas do sector (...),
- promover a melhoria da qualidade, actuando sobre os factores que a condicionam, tais como os sistemas de gestão da qualidade das empresas, a normalização, a metrologia e a certificação,
- apoiar e promover a formação técnica e tecnológica especializada do pessoal das empresas,
- recolher, tratar e divulgar informação técnica e tecnológica,
- realizar os trabalhos de desenvolvimento que conduzam à redução da poluição através de medidas preventivas e/ou de optimização dos processos de tratamento de efluentes,
- contribuir para o fortalecimento das ligações entre a universidade, os organismos de investigação e a indústria.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Os mesmos estatutos referem que ao CTIC incumbem as seguintes actividades:

- prestação de apoio na resolução de problemas de natureza técnica e tecnológica,
- estudar a utilização de matérias-primas nacionais, com vista ao fabrico de novos produtos ou à melhoria de qualidade dos existentes,
- colaborar com organismos de investigação, universidades e empresas, em projectos de Investigação & Desenvolvimento e de Inovação Industrial,
- proceder a ensaios e análises laboratoriais de caracterização de matérias-primas, produtos e equipamentos e certificar a conformidade dos produtos com as especificações e normas,
- colaborar em estudos de normalização e elaboração de especificações técnicas para as indústrias do sector e estudar a aplicação das normas nacionais e estrangei-

ras aplicáveis às indústrias em causa

- organizar, coordenar e divulgar informação técnica e tecnológica sectorial
- promover e participar em programas de formação tecnológica
- colaborar na realização de diagnósticos da indústria visando a identificação de acções prioritárias a desenvolver para o sector.

COMISSÕES TÉCNICAS

Reuniões Nacionais CT49:

- SC1: Peles e Couros – Especificações Técnicas e Terminologia
- SC2: Ensaios Físico-Mecânicos e de Solidez
- SC3: Análises Químicas

Reuniões Europeias - Milão:

- WG1: 23/09/2013 - TC 289 "Leather" / WG1 – ChemicalTestMethods;
- WG2: 23/09/2013 - TC 289 "Leather" / WG2 – PhysicalTestMethods;
- WG3: 23/09/2013 - TC 289 "Leather" / WG3 – FastnessTestMethods;
- WG4: 24/09/2013 - 289 "Leather" / WG4 – Technical specifications on the use of leather and terminology.
- WG1: 11/03/2014 - TC 289 "Leather" / WG1 – ChemicalTestMethods;
- WG2: 11/03/2014 - TC 289 "Leather" / WG2 – PhysicalTestMethods;
- WG3: 11/03/2014 - TC 289 "Leather" / WG3 – FastnessTestMethods;
- WG4: 12/03/2014 - 289 "Leather" / WG4 – Technical specifications on the use of leather and terminology.
- WG1: 16/09/2014 - TC 289 "Leather" / WG1 – ChemicalTestMethods;
- WG2: 16/09/2014 - TC 289 "Leather" / WG2 – PhysicalTestMethods;
- WG3: 16/09/2014 - TC 289 "Leather" / WG3 – FastnessTestMethods;
- WG4: 17/09/2014 - 289 "Leather" / WG4 – Technical specifications on the use of leather and terminology.
- WG1: 10/03/2015 - TC 289 "Leather" / WG1 – ChemicalTestMethods;

- WG2: 10/03/2015 - TC 289 "Leather" / WG2 – PhysicalTestMethods;
- WG3: 10/03/2015 - TC 289 "Leather" / WG3 – FastnessTestMethods;
- WG4: 11/03/2015 - 289 "Leather" / WG4 – Technical specifications on the use of leather and terminology

6. CEVALOR

MISSÃO

O CEVALOR – Centro Tecnológico para o Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais, é uma Associação de Utilidade Pública, criada no âmbito do Decreto-Lei nº 249/86 de Vinte Cinco de Agosto.

O Centro é constituído por 40% de Capitais Públicos e 60% de Capitais Privados.

Com sede em Borba e delegação no Porto, e articulando a sua actuação com as Associações Sectoriais e outras Entidades, o CEVALOR desenvolve a sua actividade de apoio técnico e tecnológico ao Sector em 5 áreas de actuação:

- Actividade Laboratorial
- Assistência Técnica
- Investigação aplicada
- Promoção da Pedra Natural
- Valorização dos Recursos Humanos

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Constitui o seu objectivo o estudo e desenvolvimento de iniciativas que permitam concretizar a ligação entre as actividades de investigação, transferência tecnológica, demonstração e prestação de serviços, no âmbito das rochas ornamentais e industriais.

Para o cumprimento da sua missão, o CEVALOR conta com recursos humanos qualificados e com competências que permitem induzir as Melhorias de Desempenho, a Inovação e a Excelência das Empresas do Sector da Pedra Natural.

A capacitação tecnológica do Centro, de forma a prosseguir com a sua missão é conseguida através do desenvolvimento de novas técnicas e actividades que resultam da cooperação entre o seu potencial humano, o tecido empresarial e os Centro de Saber.

O desenvolvimento de competências resultantes desta cooperação, assegura uma maior performance do Centro e, conseqüentemente, a competitividade do Sector.

A aquisição de competências por parte do Centro em novas técnicas e tecnologias vem-lhe possibilitando uma maior exigência e rigor nas actividades desenvolvidas.

Estas actividades são desenvolvidas através do Apoio Técnico e Tecnológico, Comunicação e Informação, Laboratórios do CEVALOR, Valorização dos Recursos Humanos e Área de Projectos de Investigação Aplicada. Estas áreas são apoiadas pelo Departamento Financeiro, Administrativo e de Recursos Humanos.

COMISSÕES TÉCNICAS

O CEVALOR tem funções de normalização sectorial no domínio das rochas ornamentais, coordenando e providenciando o secretariado da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT 118 – Rochas Ornamentais.

O CEVALOR também acompanha os trabalhos de normalização nacional com interesse para o sector das rochas industriais, nomeadamente através da participação nas seguintes comissões técnicas:

- Comissão Técnica 154 – Agregados.
- Comissão Técnica 176 – Alvenarias.
- Comissão Técnica 171 – Sustentabilidade nos Edifícios.
- Comissão Técnica 129 – Materiais para Pavimentação.
- Comissão Técnica 80 – Qualidade.
- A nível europeu acompanhamos TC 246 – Natural Stones e respectivos grupos de trabalho.

Atividades de Vigilância Tecnológica e Intelligence

CTCV Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro

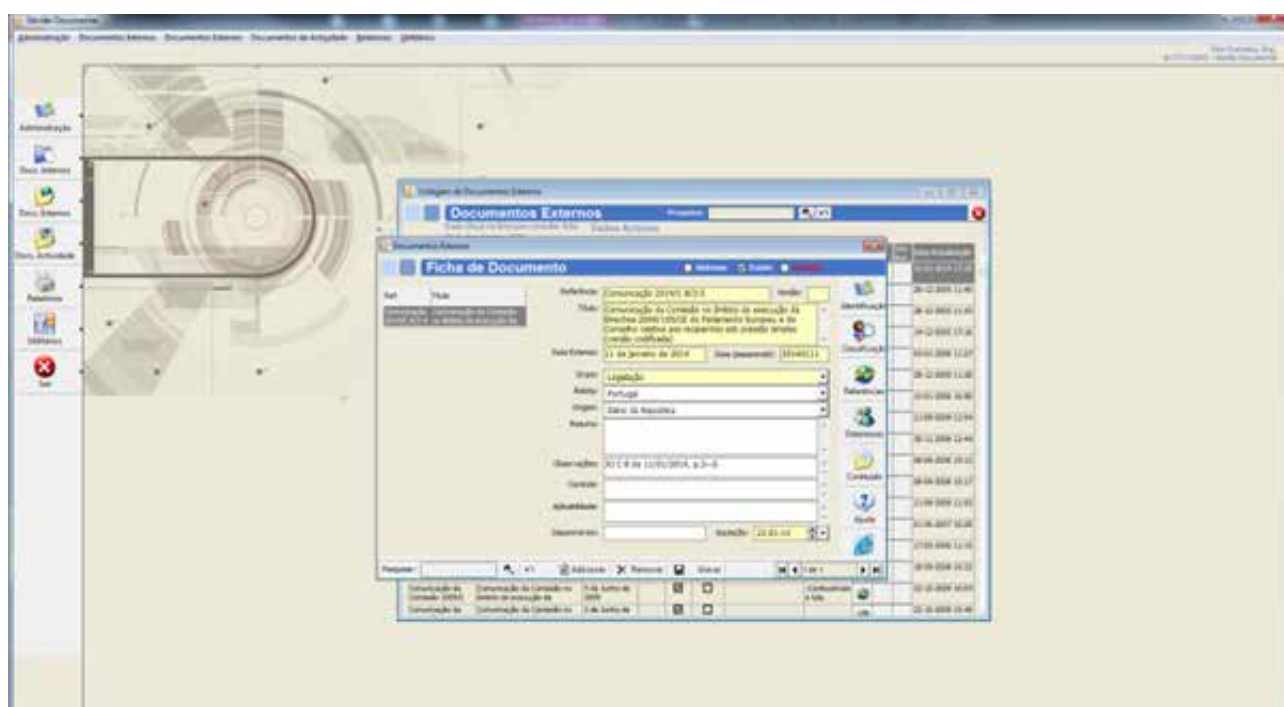
Introdução

Num contexto marcado pela necessidade de reorientação da atividade económica nacional em favor da produção de bens e serviços transacionáveis que permitam dinamizar a vocação exportadora das empresas, em particular das PME, a necessidade de informação técnica relevante para a tomada de decisão e para a fundamentação da atividade económica, que se pretende marcadamente global, mantém-se uma necessidade das empresas. O acesso a mercados internacionais de relevo, nomeadamente os que se caracterizam por uma maior intensidade tecnológica, implicam um

conhecimento profundo da regulamentação e, sobretudo, da manutenção de uma atividade sistemática de vigilância e prospetiva tecnológica, hoje desenvolvida em parte pelas empresas, mas suportada pelas entidades do Sistema Científico e Tecnológico relevantes dos diversos setores industriais.

Atividades de Vigilância Tecnológica e Intelligence

- Sistema organizado e estruturado de pesquisa, recolha, processamento e disseminação de informação;





- Conjunto de procedimentos de aquisição contínua de informação (“data gathering”), assentes na sistematização da pesquisa contínua em diversas fontes;
- Plataforma informática de suporte: myDox

Origem dos documentos:

- Diário da República;
- Eur-Lex – Jornal Oficial da União Europeia;
- IPQ – Instituto Português para a Qualidade (Publicação Oficial de Documentos Normativos);
- ISO – International Organization for Standardization (ISO Update);
- revistas técnicas e newsletters;
- serviços de alertas electrónicos e outros directórios (CERTIF, LNEC, ...);
- contribuições dos técnicos especialistas do CTCV (ex. membros dos Comités Técnicos);
- contribuições dos clientes myDox.

ESTUDOS DE CASO

CITEVE

Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

Estudo de caso

Segurança do vestuário para criança – Cordões fixos e deslizantes

Introdução

O CEN/TC 248 – Textile and textile products foi mandatado pela Comissão

Europeia para o desenvolvimento de uma norma que estabelecesse requisitos para os cordões fixos e deslizantes colocados no vestuário para criança.

Em 2004 é publicada a 1ª edição da norma europeia EN 14682, sendo publicada como norma europeia harmonizada ao abrigo da Diretiva 2001/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança geral dos produtos e em 2007, é publicada a 2ª edição da norma, também no âmbito da Diretiva 2001/95/CE.

As empresas produtoras de vestuário para criança, sendo obrigadas a cumprir os requisitos da norma EN 14682, começaram a levantar questões sobre como cumprir alguns dos requisitos e, inclusive, como garantir que os mesmos estão a ser cumpridos, uma vez que alguns requisitos da norma não são claros e, a roupa de criança, tal como as roupas de adulto, acompanham continuamente as tendências de moda, resultando numa mudança de estilo nas peças de vestuário e, consequentemente dificuldades de aprovação das mesmas à luz da EN 14682.

Procedimento técnico

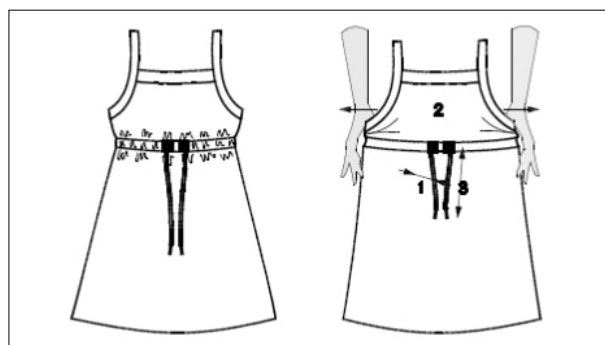
Uma vez que se trata de uma norma europeia harmonizada, a CT 4 resolveu apresentar as várias questões ao CEN/TC 248/WG 20 (Safety of children clothing), grupo de trabalho europeu responsável pelo desenvolvimento da referida norma e no qual Portugal se encontra

representado.

Concluiu-se que, à imagem do que se passava em Portugal, alguns países europeus que desenvolvem, comercializam e/ou fabricam vestuário para criança, tinham as mesmas dúvidas sobre o cumprimento de alguns dos requisitos da norma EN 14682.

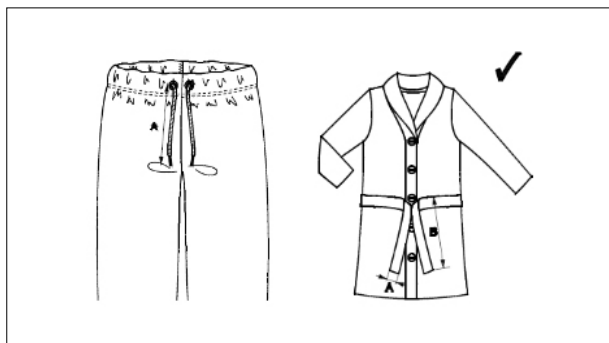
A título de exemplo são aqui apresentados alguns casos que necessitaram de esclarecimento/revisão:

1 – Como efetuar a medição de cordões na zona da cintura quando existe um elástico (o que significa peça à sua largura máxima e colocada em plano?):



2 – São agora permitidos cordões decorativos em vestuário destinado a crianças pequenas (até aos 7 anos de idade) nas zonas da cabeça, pescoço e parte superior do tronco, com restrições adequadas ao perigo de estrangulamento.

3 – Revisão das especificações estabelecidas para as mangas, uma vez que só se encontravam definidas



para mangas curtas ou compridas e estava em falta as mangas $\frac{3}{4}$.

4 – Como se deve medir o comprimento de um cordão na cintura de uma peça de vestuário?

Conclusões

Após muita troca de opiniões e de experiências entre os vários países europeus representados no CEN/TC 248/WG 20, é publicada em dezembro de 2014 a 3ª edição da norma EN 14682:



Aguarda-se a publicação do título e referência desta norma no âmbito da Diretiva 2001/95/CE – Segurança Geral dos Produtos.

CTCP

Centro Tecnológico do Calçado de Portugal

Caso de estudo 1

Estudo das alterações da norma ISO 17249:2004/A1:2007 para a norma ISO 17249:2013

1. Introdução

No ano de 2013 foi publicada uma nova versão da norma ISO 17249 - Calçado de segurança com resistência ao corte por motosserra.

Dado que esta norma tem alguma complexidade, e a pedido de clientes do laboratório do CTCP, o ONS/CTCP e a CT 57 decidiram elaborar este caso de estudo, que tem como objetivo resumir as diferenças da versão de 2004 para a versão de 2013.

2. Desenvolvimento

2.1 Alteração na secção 6.1 – Geral

A grande diferença da norma de 2004 para a nova versão de 2013, está relacionada com os níveis de proteção, pois a norma de 2004 previa 4 níveis de velocidade da motosserra ao passo que a norma de 2013 prevê apenas 3 níveis.

Nas tabelas 1 e 2 apresentam-se os valores indicativos do nível de proteção, por ambas as normas.

Tabela 1 - ISO 17249:2004/A1:2007

Nível de proteção	Velocidade da serra (m/s)
1	20
2	24
3	28
4	32

Tabela 2 - ISO 17249:2013

Nível de proteção	Velocidade da serra (m/s)
1	20
2	24
3	28

2.2 Alteração na secção 6.2 – Design

A diferença nesta secção consiste na alteração da altura do corte. A norma de 2004 referia que apenas calçado tipo C, D e E poderia estar em conformidade. Para isso a altura mínima do corte teria de cumprir com o estabelecido na tabela 3.

Tabela 3 - Altura mínima da área de proteção

Tamanho do calçado		Altura mínima (mm)	
Nomenclatura Francesa	Nomenclatura Inglesa	Tipo C	Tipo D e E
36 e inferior	Até 3 ½	172	195
37 e 38	4 a 5	175	195
39 e 40	5 ½ a 6 1/2	182	195
41 e 42	7 a 8	188	195
43 e 44	8 ½ a 10	195	195
45 e superior	10 ½ e superior	195	195

Na norma de 2013 nada é referido em relação ao tipo de calçado, isto é, C, D ou E mas sim que a altura mínima do corte tem de cumprir com o estabelecido na tabela abaixo.

Tabela 4 - Altura mínima da área de proteção

Tamanho do calçado		Altura mínima (mm)	
Nomenclatura Francesa	Nomenclatura Inglesa	Tipo C	Tipo D e E
36 e inferior	Até 3 ½	162	195
37 e 38	4 a 5	165	195
39 e 40	5 ½ a 6 ½	172	195
41 e 42	7 a 8	178	195
43 e 44	8 ½ a 10	185	195
45 e superior	10 ½ e superior	192	195

2.3 Alteração na secção 6.3 – Construção

Na nova norma foram acrescentados dois novos parágrafos:

“pelo menos três tamanhos têm de ser avaliados (pequeno, grande e intermédio). O pé direito e o pé esquerdo devem ser avaliados.” e “cada área de proteção deve ser testada, sempre que seja detetada diferença na sua composição.”

2.4 Alteração na secção 6.4 – Resistência ao corte por moto serra

A nova norma de ensaio prevê três velocidades para a moto serra ao passo que a norma anterior previa quatro.

Foi retirado o seguinte parágrafo:

“A norma EN 381-3 define apenas três velocidades para moto serra. Para a finalidade desta norma do calçado foi adicionada uma quarta velocidade.”

3. Conclusão

Com este estudo de caso é possível aos interessados acederem de forma facilitada às diferenças entre a Normas ISO 17249:2004/A1:2007 e a Norma ISO 17249:2013.A diferença

Caso de estudo 2

Estudo interlaboratorial da resistência à penetração de insertos não metálicos

1. Introdução

Este caso de estudo teve como objetivo o estudo e desenvolvimento de um novo método da resistência à penetração de insertos não metálicos.

O ensaio da resistência à penetração tem como finalidade avaliar a penetração de uma agulha nos insertos de proteção. Atualmente, o ensaio é realizado de acordo com a norma EN ISO 12568:2010 que prevê uma agulha cônica, com um ângulo de 30° e truncada a 1,00 mm.

No entanto, ao longo dos anos tem-se verificado que pregos finos e agulhas com diâmetros inferiores ao mencionado na norma penetram nos insertos não metálicos, que são camadas têxteis sobrepostas.

Neste sentido, o grupo de trabalho ISO/TC 161 decidiu realizar um estudo de resistência à penetração de insertos não metálicos, quer pelo método previsto na norma EN 12568:2010 quer por um novo método em desenvolvimento (com alteração do diâmetro da agulha).

2. Desenvolvimento




Foi feita uma análise aos pregos existentes no mercado e selecionou-se uma nova agulha de teste, com forma piramidal, com um ângulo de 30°, truncada a 1,00mm. O grupo de trabalho ISO/TC 161 distribuiu a agulha a todos os participantes, assim como as amostras a testar.

Neste estudo interlaboratorial participaram as seguintes entidades: CTC, IFA, RICOTEST, AUVA, INESCOP, SATRA, CTCP, Honeywell, INRS, Lenzi.

Para cada calçado deve-se seguir o procedimento abaixo discriminado:

- Determinar a densidade da sola, em três pontos;
- Realizar o ensaio de acordo com a norma EN 12568:2010, em seis pontos (front-middle-heel X left-right)
- Realizar o ensaio de acordo com o novo procedimento - para isso deverá utilizar a agulha nova e registar a força máxima e deformação em oito pontos

Tabela 1 - Amostras

Amostras	Fabricante	Tipo	
Calçado 1	Honeywell	PU injected (double density)	
Calçado 2	Otter Schtuz	Cemented lasted	
Calçado 3	Otter Schtuz	TPU injected	

(2front-middle-heel X left-right).

Na figura abaixo apresenta-se a zona de perfuração do calçado completo. A vermelho estão assinalados os pontos onde se deve realizar o ensaio de acordo com o novo procedimento. A azul estão assinalados os pontos onde se deve realizar o ensaio de acordo com a norma EN ISO 12568:2010.

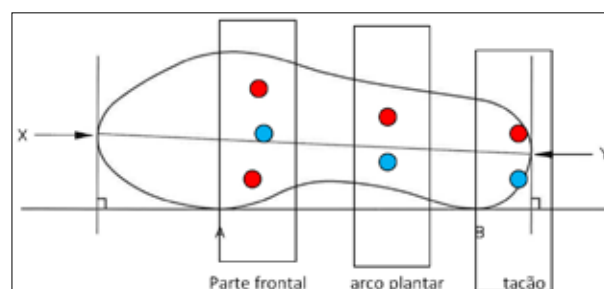


Figura 1: zona de perfuração (calçado completo)

3. Conclusão

Os resultados obtidos indicaram a pertinência de desenvolver um novo método de avaliação de insertos/palmilhas de proteção não metálicas aplicando dispositivos de perfuração com diâmetros que representem melhor as possíveis aplicações do calçado.

CEVALOR

Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais

Introdução

O sector da pedra natural em Portugal é maioritariamente constituído por pequenas – médias empresas, muitas das quais de gestão familiar baseada no saber empírico, havendo fortes carências em relação às obrigações legais do próprio sector. Com o aparecimento da directiva 89/106/CE – produtos de construção, substituída pelo Regulamento (UE) 305/2011, de 9 de Março todas as empresas que vendem produtos de pedra para construção na união europeia são obrigadas a fazer a denominada marcação CE.

Os produtos de pedra natural têm aplicações muito diversas, no entanto, nem todos os produtos têm de ostentar a marcação CE. Apenas as categorias de produtos abrangidas por directivas específicas que prevejam a obrigatoriedade da marcação CE.

Tendo o CEVALOR detectado que muitas empresas do sector das rochas ornamentais apresentavam dificuldade em enquadrar os seus produtos nas Normas Harmonizadas existentes, foi efectuado um estudo no sentido de elaborar um documento que suprimisse a necessidade identificada.

Procedimento

Tendo em consideração a dificuldade detectada e o facto de que uma das missões e competências do CEVALOR é desempenhar um papel activo na promoção de informação orientada para as PME do seu sector de actividade, foi efectuado um levantamento dos principais produtos de rocha ornamental existentes, distinguindo-se quais estão sujeitos à obrigatoriedade de Marcação CE e quais não estão, seja por motivo de inexistência de Norma aplicável, seja pelo facto da Norma na qual estão incluídos não se encontrar harmonizada.

De forma a facilitar o mais possível a interpretação da informação que se pretendia disponibilizar foi elaborada uma Tabela, que permitiu estabelecer a correlação entre os vários produtos de rocha ornamental, a norma e a data de aplicabilidade da marcação CE (quando

aplicável).

Conclusão

O estudo de caso apresentado permite evidenciar a importância da existência de um Organismo (neste caso particular o CEVALOR) com capacidade crítica relativamente a informação técnica relevante e que consiga transmiti-la de maneira simples, prática e eficiente às PME.

Esta actuação possibilita o fácil acesso a informação estruturada, e a consequente correcta interpretação das temáticas abordadas e a sua fácil adopção, tendo em vista a indução da inovação e o reforço da competitividade por esta via.

The image shows the cover of a document titled 'TABELA DE PRODUTOS DE ROCHA ORNAMENTAL SUJEITOS A MARCAÇÃO CE'. It features the CEVALOR logo and the text 'CEVALOR - Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais'.

The image shows the cover of a document titled 'TABELA DE PRODUTOS DE ROCHA ORNAMENTAL NÃO SUJEITOS A MARCAÇÃO CE'. It features the CEVALOR logo and the text 'CEVALOR - Centro Tecnológico para Aproveitamento e Valorização das Rochas Ornamentais e Industriais'.

